



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

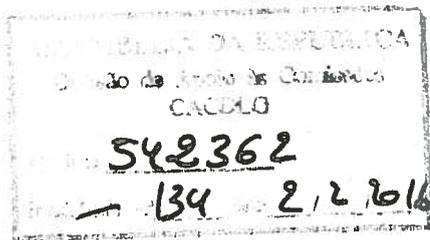
Na reunião de 3 de fevereiro de 2016, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. Mais se definiu que a urgência é relativa, atendendo ao facto de o Diretor-Geral da DGRSP ter tomado

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias

Deputado Pedro Bacelar de Vasconcelos

passa no dia 1 de fevereiro de 2016 e

necessita do tempo para se interinar dos problemas.



S. Bento, 2 de fevereiro de 2016

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Diretor-Geral da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Nas últimas semanas, em especial durante o período das festividades natalícias, chegaram ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dezenas de missivas de reclusos, onde estes, apesar de detidos em diferentes estabelecimentos prisionais, descreveram, em tom de denúncia, a mesma realidade: as condições indignas em que vivem diariamente.

O problema fundamental dos serviços prisionais, que mereceu, em diversos momentos, a atenção do Bloco de Esquerda na anterior legislatura, é o da sobrelotação das prisões. Conforme tem sido noticiado recentemente, há cerca de 1500 reclusos a mais do que a lotação disponível dos estabelecimentos prisionais portugueses, circunstância que se tem revelado potenciadora de inúmeros problemas de que padecem as prisões. Desde logo, problemas de higiene, com os dormitórios com excesso de reclusos, que partilham as instalações sanitárias, muitas vezes sem estarem salvaguardados os cuidados necessários para evitar a transmissão de doenças infetocontagiosas. Por outro lado, a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais tem-se revelado um fator de conflitualidade, potencial ou mesmo efetiva, entre os reclusos, e entre estes os respetivos guardas prisionais, a quem reportam diretamente as suas queixas, constituindo também, nessa medida, um problema de segurança que deve ser sublinhado e analisado com a máxima atenção.

Na origem destas e de outras situações de degradação do nosso sistema prisional está o problema estrutural, que pode dizer-se também crónico, do subfinanciamento. Na verdade, quando interpelados sobre o que poderia ser feito para melhorar a qualidade dos serviços prisionais,

reclusos e guardas prisionais respondem em uníssono, reclamando o reforço do financiamento destinado àqueles serviços com vista à sua requalificação.

É manifesto que a situação tem vindo a agravar-se, sobretudo no que diz respeito aos cuidados de saúde prestados nas prisões. Por um lado, o acesso a cuidados de saúde, regulares ou extraordinários, é seriamente obstaculizado pela insuficiência de guardas prisionais, imprescindíveis para acompanharem os reclusos àqueles cuidados. Por outro lado, a ausência de equipas médicas permanentes que assegurem todos os cuidados necessários, sobretudo durante os fins-de-semana e feriados, além de não assegurar o acompanhamento necessário aos reclusos, torna inútil o recurso a equipamentos técnicos de que alguns estabelecimentos dispõem, como desfibrilhadores automáticos, que exigem um grau de conhecimento apenas tido por profissionais.

Paralela e conseqüentemente, têm-se multiplicado o número de suicídios de reclusos, circunstância que acrescenta dramatismo ao cenário atrás descrito e faz perigar o cumprimento das exigências de prevenção geral e especial, que presidem a intervenção penal. Em última análise, é o próprio princípio constitucional da dignidade da pessoa humana que é colocado em causa.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à 1.ª Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias a realização de uma audiência pública sobre o estado atual dos estabelecimentos prisionais portugueses, ouvindo, desde já, o diretor-geral da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição do Diretor-Geral da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

O Deputado do Bloco de Esquerda,



José Manuel Pureza